



## AUDIODESCRIÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DE ALUNOS CEGOS NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM

Francisca Jucieide de Oliveira;

Cicera Karla de Oliveira;

Maria Márcia Melo de Castro Martins

*Universidade Estadual do ceara*

### Resumo:

A presente pesquisa propõe o uso da audiodescrição como ferramenta de inclusão para alunos deficientes visuais. Sendo a audiodescrição um recurso que possibilita o acesso de pessoas cegas e com baixa visão aos elementos visuais presentes em peças teatrais, filmes, espetáculos de dança e qualquer tipo de expressão artística visual, destaca-se o uso dessa ferramenta, especialmente no contexto escolar, que pode proporcionar a esse tipo de aluno a oportunidade de acesso a recursos multimidiáticos presentes na rotina da sala de aula, bem como a chance de formação crítica por parte desses alunos. Com isso, destaca-se a audiodescrição como recurso facilitador para que a escola, como formadora de cidadãos críticos, possa cumprir seu papel educacional e principalmente social, independentemente das especificidades dos seus alunos. Segundo Araújo (2011) a audiodescrição é uma descrição adicional que narra a ação da cena, as expressões faciais, a linguagem corporal, os cenários, os figurinos, enfim, todos os elementos relevantes, verbais ou não-verbais. Em um mundo visual em que imagens exprimem significados produzidos através de revistas, livros, internet e redes sociais, o aluno com deficiência visual ou auditiva deve ser inserido de forma ativa, e a escola como fomentadora de formação de cidadãos precisa preparar seus docentes para fazer a leitura desse mundo e ensinar aos alunos a também fazê-la. A diversidade impõe às escolas e seus professores o dever de repensar a dinâmica em sala de aula, utilizando novas ferramentas que possam auxiliar para a realização satisfatória de tarefas, em especial a tarefa de promover o acesso a esse mundo visual repleto de imagens para todos os alunos, principalmente os deficientes visuais e auditivos. Pensando nessa dinâmica a audiodescrição é uma ferramenta que proporciona o acesso do aluno com deficiência a esse universo. É evidente que a constante exposição aos meios tecnológicos na nossa época tem contribuído para um novo modo de conceber a realidade. As diversas formas de captação e reprodução de imagens como câmeras, computadores, softwares de criação de vídeos e sites tornam possível a reprodução e divulgação de produtos variados, trazendo além de uma maior possibilidade e oportunidade de expressão, uma maior necessidade de público que assista, leia, escute, compreenda, comente e divulgue o que foi comunicado. Neste trabalho, apontamos os objetivos, metodologia, discussão de resultados

provisórios e metas esperadas pela pesquisa em acessibilidade através da audiodescrição e sua relevância em contextos de sala de aula inclusiva.

Palavras- chaves: inclusão, audiodescrição, ensino-aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

*Antes de escrever sobre inclusão é necessário ressaltar a importância da educação especial nas escolas, bem como as definições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).*

*O capítulo V, artigo 58, da Lei das Diretrizes e Bases Nacionais, LDB, classifica educação especial “como modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais”.*

*O § 1º, do artigo 58, diz: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.*

O artigo 59, também da LDB, garante que os sistemas de ensino assegurarão para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica. Por exemplo, em uma classe regular com inclusão pode haver um aluno com deficiência visual que necessite de um professor de apoio que saiba BRAILE, para auxiliá-lo em todas as disciplinas.

Atualmente, já se tornou uma realidade nas redes públicas de ensino, alunos com necessidades especiais frequentarem a escola em salas de aula com inclusão. Isso é importante para que, “independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento, possam se desenvolver social e intelectualmente na classe regular” (BENITE, BENITE, PEREIRA, 2011, p. 48).

No entanto, mesmo estando em sala de aula, muitas vezes o aluno com necessidades especiais se sente excluído, em especial os alunos deficientes visuais por necessitarem mais ainda de acompanhamento e recursos da própria escola. Por exemplo, alunos cegos necessitam de material didático em Braille, cadeirantes precisam que a estrutura física da escola esteja preparada para recebê-los, tendo, por exemplo, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, entre outros aspectos. Infelizmente, não é isso que se vê em muitas escolas da rede pública, principalmente em escolas



mais afastadas dos centros urbanos, que carecem de condições mínimas para continuarem funcionando.

Para lidar com as especialidades dos alunos especiais acolhidos pelas escolas, funcionam no ambiente escolar as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a proposta de atender as necessidades educacionais desses alunos, reforçando e adaptando conteúdos trabalhados nas salas de ensino regular.

Embora alunos cegos e com baixa visão se diferenciem pela necessidade de abordagens diferenciadas, com a disponibilidade de materiais que assegurem um ensino/aprendizagem significativo, suas capacidades de aprendizado se igualam às de alunos videntes. Por isso, é preciso trabalhar com esses alunos com base em suas diferenças, e não tendo em mente a concepção de deficiência, já que a cegueira não diminui a potencialidade do aprendiz que a possui, sendo que o aluno cego necessita de uma didática mais contextualizada, próxima ao seu conhecimento de mundo. As dificuldades que surgirem no decorrer do aprendizado não devem ser atribuídas à falta de visão, já que também estão presentes em alunos videntes:

Os obstáculos e as barreiras de acessibilidade física ou de comunicação e as limitações na experiência de vida das pessoas cegas são muito mais comprometedoras do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do que a falta da visão. Em outras palavras, a cegueira por si só não gera dificuldades cognitivas ou de formação de conceitos, sendo necessário considerar a história de vida, o contexto sociocultural e as relações do indivíduo com o meio. As dificuldades de elaboração e de desenvolvimento de conceitos decorrem da falta de experiências enriquecedoras que possibilitem a construção e o acesso ao significado dos conceitos (DOMINGUES *et al.*, 2010, p. 33).

Em uma sala de aula o professor encontra várias diferenças entre seus alunos. Alguns dominam certas habilidades, outros não, sendo que o docente assume um papel desafiador ao ter que adaptar suas aulas de acordo com a variedade de alunos. Ao se depararem com salas inclusivas, que por vezes mesclam alunos cegos ou com baixa visão, surdos e alunos que não possuem deficiência física ou sensorial, os professores sentem a necessidade de reconsiderar toda sua prática docente diante da presença de um ou mais alunos especiais em sala de aula, como é defendido por Mc Cleary (2009):

Professores já enfrentam um grande desafio ao precisar adaptar sua atuação em sala de aula à gama normal de diversidade que os alunos apresentam nas classes regulares: de níveis de atenção e preparo, níveis de motivação e estilos de aprendizagem. Numa classe inclusiva, além dessa diversidade comum, podem ser encontrados também alunos com baixa visão, com comprometimentos motores ou cognitivos, ou com surdez (MC CLEARY, 2009, p. 203).





O desafio aumenta ao terem que lidar com alunos deficientes visuais. Todas as metodologias praticadas até então devem ser repensadas, o que exige sensibilidade por parte do professor, além de conhecimento acerca de novas estratégias que devem ser utilizadas. A comunicação gestual e a descrição de fatos que só são percebidos através da visão, devem ser substituídos pela comunicação oral, que deve ser considerada prioridade, sempre que possível. Nenhum detalhe deve ser negligenciado, já que o aluno deficiente visual, assim como o vidente, precisa entender o contexto em que está inserido para associar o que é estudado em sala à sua realidade. Motta (2004) aborda a importância de priorizar a comunicação verbal na presença de alunos com deficiência visual:

Ao ter conhecimento da importância da linguagem para os alunos cegos e com baixa visão, cabe ao professor propiciar comunicação clara, dando voz ao aluno e enfatizando a correção da linguagem e da expressão oral, passando a fazer uso de outros instrumentos que possam abrir caminhos para o entendimento, como a exploração dos sons e da entonação, por exemplo. (MOTTA,2004)

### **Audiodescrição:**

É um método audiovisual acessível que cresce a cada dia, pois diariamente as pessoas com deficiência visual procuram participar de eventos culturais, acadêmicos, e com isso é crescente a procura por mais informações sobre audiodescrição.

Como afirma Lilian Motta:

[...] A presença cada vez mais constante de pessoas com deficiência visual, circulando com suas bengalas brancas ou, em menor número, com cães guia, em espaços culturais, como teatros, museus, centro de exposições e casas de shows tem chamado atenção do público em geral, provocando dúvidas e indagações. O aumento e formação dessa nova plateia que tem acesso às informações, cultura, artes cênicas e cinema por meio das palavras, deve-se à audiodescrição, recurso de acessibilidade comunicacional, também considerada uma modalidade de tradução intersemiótica que transforma o visual em verbal, ampliando significativamente o entendimento, promovendo a inclusão, autonomia e a participação em igualdade de condições (CARPES, p.6. 2016).



A audiodescrição é uma ferramenta de acessibilidade audiovisual para pessoas deficientes visuais. A partir de uma voz que narra os acontecimentos do filme, pessoas cegas e com baixa visão podem ter acesso ao enredo de filmes, peças teatrais, espetáculos de dança e a qualquer expressão artística audiovisual.

As vantagens da audiodescrição não são limitadas somente às pessoas com deficiência visual. Sabe-se hoje que o público-alvo da audiodescrição tem sido ampliado. Seja pelo aumento no número de pessoas cegas no Brasil, ou pela experiência com outros públicos, como pessoas idosas, disléxicas e com de síndrome de Down. Portanto, é possível dizer que novos públicos serão formados, “para todos aqueles com dificuldades de compreensão de audiovisuais e leitura de textos contidos em imagens” (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010).

Além disso, o fato de aumentar o senso de observação e ampliar a percepção de tudo que é visual, a audiodescrição também atende pessoas *sem* deficiência, pois “mostra e desvela detalhes que passariam despercebidos” (MOTTA, 2015).

Pode ser utilizada em outras atividades escolares onde recursos visuais prevaleçam ou estejam presentes. Sendo assim, a audiodescrição se torna um recurso indispensável para que alunos cegos ou com baixa visão possam se reconhecer competentes para formar e compartilhar opiniões.

A abordagem audiodescritiva na escola também teve um significativo aumento ao longo dos anos, por isso será questionado nessa pesquisa como usar a audiodescrição como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem

[...] Além dos espetáculos, eventos acadêmicos, corporativos e sociais, e de produtos audiovisuais, a audiodescrição aplica-se também a imagens estáticas de livros didáticos e paradidáticos, jornais e revistas *on-line*, sites, redes sociais, ensino a distância. Na escola, o conhecimento sobre o recurso e sobre seus benefícios, aplicabilidade e técnicas permitirá que possa ser utilizado como ferramenta, o que sem dúvida poderá contribuir para o enriquecimento do agir pedagógico e para a abertura de mais oportunidades de aprendizagem para os alunos cegos e com baixa visão, além de alunos com deficiência intelectual, alunos com dislexia, com déficit de atenção, autistas e, mesmo, alunos sem deficiência (CARPES, pags. 6 e 7. 2016).

## **METODOLOGIA:**



Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos os procedimentos da pesquisa bibliográfica, observação sistemática, utilização de questionários e formulários. Ressaltamos também nos procedimentos metodológicos, a observação de aulas inclusivas com recursos de audiodescrição, a análise da quantificação público participante dos eventos inclusivos, bem como a aplicação qualitativa de questionários pontuais com alunos e professores participantes da pesquisa.

Essa pesquisa se divide em duas fases, descritiva e exploratória, as duas fases da pesquisa são realizadas no Laboratório de Línguas Estrangeiras, nos espaços do campus da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI- UECE). A terceira fase será realizada em diferentes escolas e centros de ensino de língua estrangeira locais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A audiodescrição na escola é um tema bastante discutido atualmente entre pesquisadores e professores.

[...] Lísia Regina Ferreira Michels e Mara Cristina Fortuna da Silva, uma doutora em Educação e a outra mestranda, pesquisadoras da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) discutem a importância da audiodescrição na escola e mais especificamente na formação de professores para que eles possam utilizá-la como uma ferramenta pedagógica. Não há mais como adiar a inserção de tópicos sobre a utilização de recursos de tecnologia assistida e acessibilidade comunicacional em conteúdos programáticos de cursos de formação de professores (CARPES, p. 8, 2016).

A audiodescrição é um recurso que pode ser utilizado como ferramenta pedagógica nas aulas, desde que consiga passar para o aluno cego a informação necessária sobre o conteúdo a ser discutido, pois assim como todos os alunos, os deficientes visuais têm suas limitações.

[...] deve-se perceber que as pessoas com deficiência visual constroem seu conhecimento a partir dos mesmos conceitos e referências visuais daqueles que veem, mas o fazem de modo próprio: com suas experiências, através de todos os





sentidos que possuem, como o tato, o olfato, a audição etc. As dificuldades para a pessoa com deficiência visual apreender o que está sendo exibido não decorrem da falta de referências visuais, mas da maneira pela qual estas lhes foram transmitidas de modo a formar seus conceitos. (MOTTA, 2010)

A escola é um ambiente de aprendizagem múltipla que constrói saberes e forma cidadãos, e portanto deve estar preparada para atender as necessidades de todos os seus alunos, portadores de deficiência ou não, e a audiodescrição é um recurso que pode auxiliar a aprendizagem de alunos cegos.

De acordo com Silva (2015), essa técnica, mesmo sendo necessária para que o conhecimento atinja a todos, não está presente nas escolas.

[...] o recurso da audiodescrição, considerada uma forma de acessibilidade para os alunos com deficiência visual são pouco encontrados nas escolas regulares que possuem alunos com deficiência visual. Na maioria das escolas, os vídeos educativos não possuem audiodescrição ou professores com formação continuada em audiodescrição para que possam orientar e auxiliar os professores do ensino comum diante dessas situações (SILVA, 2015, pag. 05).

Existem decretos sobre a educação que incluem a audiodescrição como ferramenta pedagógica, criando uma forma de acessibilidade para alunos com deficiência visual, que ainda não foi colocado em prática. Aos poucos a audiodescrição vem ganhando espaço e deve ser incluída nas escolas de educação básica, assim como no nível superior em forma de técnica ou tecnologia assistiva.

Para Lima (2011), a tradução visual na forma de audiodescrição pode ser considerada uma tecnologia assistiva, pois:

[...] consiste em uma atividade que proporciona uma nova experiência com as imagens, em lugar da experiência visual perdida (no caso de pessoas cegas adventícias), e consiste em tecnologia assistiva, porque permite acesso aos eventos imagéticos, em que a experiência visual jamais foi experimentada (no caso das pessoas cegas congênitas totais). Em ambos os casos, porém, é recurso inclusivo, à medida que permite participação social das pessoas com deficiência, com igualdade de oportunidade e condições com seus pares videntes (LIMA, 2011, p. 09).

Porém, considerando que ainda é mínimo o acesso de pessoas cegas a esse recurso até mesmo nos cinemas e teatros, é possível avaliar o longo caminho que essa técnica teria que percorrer até chegar ao contexto educacional.”

## CONCLUSÃO

No cenário atual de constantes reflexões acerca do saber humano e das possibilidades e acessibilidade de aprendizagem, independentemente do local e de quem seja, o deficiente visual, este vem gradualmente ganhando seu espaço e sua independência no processo de ensino. A pessoa com deficiência participa de decisões e ações a si próprio, participa de ações para melhoria das condições de acessibilidade.

A atitude do professor nesse processo também é de fundamental importância. Incentivando os alunos com deficiência ao acesso desse novo método, a audiodescrição. Isso contribuirá para que hoje e no futuro se desenvolva nos alunos portadores de deficiência uma visão humanista e mais acessível do mundo em que vivem, bem como para transformar a sociedade em um lugar mais justo e inclusivo, mais amoroso e harmonioso.

Com o advento de um novo contexto da educação especial, é fundamental que o docente conheça as necessidades dos seus alunos deficientes visuais para que sua postura em sala de aula se adapte à realidade de quem não enxerga, fator que está inteiramente ligado com a visão que o professor pode ter de uma pessoa deficiente visual como aluno. Esta visão na maioria das vezes deve ser ressignificada para que aconteçam modificações em suas atitudes como professor, tendo como principal mudança a prioridade da comunicação oral, sendo que o fornecimento de materiais adaptados não é o suficiente para um ensino significativo.

Diante disso, é essencial que novos conceitos sejam atribuídos aos alunos cegos e com baixa visão por todos os integrantes da escola, já que a socialização desses alunos deve acontecer com todos que formam a instituição de ensino, não cabendo apenas aos professores o papel de tornar o ensino/aprendizagem significativo para esses alunos. Nesse sentido, Motta (2004) aponta:

Uma escola comum só se torna inclusiva depois que se prepara para receber os alunos com necessidades educacionais especiais. Esta preparação envolve tanto a parte física da escola, com a construção de rampas para os alunos que se locomovem em cadeiras de rodas, com o fornecimento de material adequado para os alunos cegos e com baixa visão e outras





medidas necessárias para o atendimento desses alunos, como também a preparação dos professores e a alteração do currículo (MOTTA, 2004).

No entanto, as mudanças que devem acontecer no currículo dos professores não são simples, tendo em vista a diversidade de deficiências que o docente pode enfrentar em uma sala de aula inclusiva.

Com isso, já podemos ver por que é complicado incluir a temática das necessidades especiais no currículo de formação de professores. Numa escola inclusiva, cada aluno com necessidades educacionais especiais tem direito de receber, no mínimo, os melhores cuidados que teria se tivesse matriculado numa escola especial; isso significa que cada professor que tenha responsabilidade pela educação desse aluno teria direito a uma formação igual à dos profissionais especializados. É ilusão achar que uma disciplina que trate, em termos gerais, de necessidades educacionais especiais possa preparar professores para lidar com a diversidade de necessidades especiais que aparecerão nas suas classes, com conhecimento de estratégias e recursos pedagógicos específicos para todas as matérias ministradas (MCCLEARY, 2009, p. 205).

Aqueles que têm acesso à audiodescrição na escola, cinema, teatro, museu; percebe como é bom ter acesso às informações que as pessoas videntes têm, e assim sentem-se respeitados e inclusos. A audiodescrição nessa perspectiva auxilia o aluno deficiente visual no processo de ensino, de forma continuada e inclusa.

Contudo, espera-se que o conhecimento sobre audiodescrição possa, contribuir para transformar o ambiente escolar em um lugar possível para a diversidade, se tornando um lugar mais igualitário, justo e inclusivo, formando cidadãos plurais, possibilitando a utilização de ferramentas audiodescritivas como auxiliares no processo de ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, V.L.S. A formação de audiodescritores no Ceará e em Minas Gerais: uma proposta baseada em pesquisa acadêmica”. In: MOTTA, L.M. V.M.; ROMEU FILHO, P. **Audiodescrição. Transformando imagens em palavras**. Secretaria do Direito da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010,

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional: Brasília: 1961,

FRANCO, E.P.C.; SILVA, M.C.C. Audiodescrição: Breve Passeio Histórico. In: MOTTA, L. M. V.; ROMEU FILHO, P. (orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.



**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**  
LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB

<http://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/educacao-inclusiva.htm> acesso em 25 de julho de 2016 as 17:00 hs,

LIMA, Francisco José. *Introdução aos estudos do roteiro para áudio-descrição: sugestões para a construção de um script anotado*. Revista Brasileira de Tradução Visual, v. 7, n. 7, 2011,

SILVA, Mara Cristina Fortuna da. MICHELS, Lísia Regina Ferreira. **A importância de cursos de formação continuada em audiodescrição para professores do Atendimento Educacional Especializado**. Revista Brasileira de Tradução Visual – RBTV. v.18, nº18, 2015.

